

A Centralização do Poder e a Crítica aos “Planejadores” Urbanos: questões para debate sobre a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990

Rosane Cristina Oliveira - Unigranrio

Resumo:

Este artigo apresenta o conceito de cidade a partir da leitura de Henry Lefebvre, tendo como elemento fundamental o aspecto da centralização do poder e a tomada da cidade como objeto de análise e não apenas como o lugar onde ocorrem os conflitos provenientes das relações de classes travadas no meio urbano. Neste trabalho procurou-se chamar a atenção para determinados traços contidos nos livros selecionados para a promoção de análises acerca da sociedade urbana atual, na tentativa de investigar a cidade do Rio de Janeiro e o aspecto político das intervenções urbanas, especialmente após a inserção dos chamados planejamentos estratégicos a partir dos anos 1990.

Palavras-chaves: Cidade, Planejamento Urbano, Poder.

Introdução

Henri Lefebvre não seguiu o mesmo caminho dos marxistas de seu tempo, pois promoveu uma análise da cidade para além das relações econômicas e dos conflitos de classes advindos do processo de industrialização. De fato, para o autor, a “problemática urbana” tem como ponto de partida a industrialização enquanto elemento fundamental que caracteriza a sociedade moderna. Mas, logo em seguida, dialogando com a dimensão de que a cidade preexiste à industrialização, surge um dos traços marcantes da obra de Lefebvre: a questão da temporalidade e dos diversos rumos tomados pela história da cidade.

O pensamento de Lefebvre é complexo, “cheio de nuances e modulações teórico-políticas, que não podemos apreender como um todo coerente”, conforme salientou Castells (2000). A sociedade urbana, que emerge com o advento da industrialização, traduz o momento de uma “nova” revolução, a *revolução urbana*. Por este motivo, “partindo de uma análise marxista do fenômeno urbano”, Lefebvre

direcionou suas análises, “através de uma evolução intelectual bastante curiosa, numa teorização urbanística da problemática marxista”. (CASTELLS, 2000, 142)

É importante destacar que o autor inseriu-se num contexto político, os anos 1960, cuja matriz é a busca democrática pelo acesso aos bens que a cidade pode oferecer e, por conseguinte, na ideia de que o poder deveria ser atingido por meios pacíficos e eleitorais. Portanto, Lefebvre distanciou-se de uma leitura mais clássica de Marx, em direção à mudança radical das relações sociais típicas do século XIX. O fato de Lefebvre discutir a dimensão urbana para além das relações econômicas, contrariando a maior parte dos marxistas de seu tempo, o deixaria à margem dos demais intelectuais que seguiam “religiosamente” os escritos de Marx. Para Martins (1996), está no método de pesquisa e análise de Lefebvre a chave que o coloca em um lugar privilegiado em relação à maioria dos marxistas de seu tempo.

Não foi o advento da industrialização que delegou à cidade a sua beleza, mas sim os momentos anteriores: a cidade oriental e arcaica, a cidade medieval. Na época medieval, a importância da agricultura em detrimento dos feudos, fez da cidade um lugar de opositores políticos e, por conseguinte, o lugar do conflito, pois “apoiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem proveito disso em seu próprio benefício”. (LEFEBVRE, 2001, 4) A cidade, diante deste aspecto, tornou-se um centro de vida social e política, de acumulação de riquezas, de conhecimentos, técnicas e obras.

O início do processo de industrialização e a ascensão da burguesia industrial encontraram uma configuração cuja agricultura e a propriedade da terra não eram mais predominantes. Ao contrário, as terras passaram a pertencer ao capitalista, “enriquecido pelo comércio, pelo banco, pela usura”. Surge assim, o que o autor chamou de *rede de cidades*, composta pela cidade, campo e pelas instituições que regulamentam suas relações. A *rede de cidades*, juntamente com o aspecto da divisão do trabalho, constituiu a base para a institucionalização do Estado (poder centralizado). Neste contexto, uma cidade predomina sobre as demais: a capital. Nota-se, portanto, a distinção entre sociedade, Estado e Cidade (constituindo o sistema urbano).

O conjunto de transformações pela qual a cidade atravessou desde o início do processo industrialização gerou, entre outras questões, a necessidade de planejar o espaço, com a promoção de intervenções urbanas. Os chamados “planejadores” são,

para Lefebvre, alheios à atividade produtiva e, portanto, não conseguem perceber o grau de transformações ideológicas, políticas e sociais contidas em suas estratégias urbanísticas.

A proposta deste trabalho é apresentar o conceito de cidade em Lefebvre, tendo como elemento fundamental o aspecto da centralização do poder e a tomada da cidade como objeto de análise e não apenas como o lugar onde ocorrem os conflitos provenientes das relações de classes travadas no meio urbano. A análise proposta está baseada na leitura de três obras de Lefebvre, quais sejam: *O direito à cidade*, *A revolução urbana* e *A cidade do capital*.

O autor publicou cerca de setenta trabalhos e, portanto, o recorte proposto não traduz efetivamente a grandiosidade intelectual de Lefebvre. Apenas chamou-se a atenção para determinados traços contidos nos livros selecionados para a promoção de análises acerca da sociedade urbana atual, na tentativa de investigar a cidade do Rio de Janeiro e o aspecto político das intervenções urbanas, especialmente após a inserção dos chamados planejamentos estratégicos a partir dos anos 1990.

A cidade como objeto – o urbano e a “fase crítica”

“A cidade preexiste à industrialização” (LEFEBVRE, 2001a, 3). Esta frase é um dos pontos de partida de Lefebvre. As cidades orientais e arcaicas eram essencialmente políticas e a cidade medieval foi comercial, artesanal e bancária. Nestas cidades, as transformações ocorriam lentamente, o que não impediu que as marcas deixadas por essas sociedades, chegassem ao nosso tempo com grande relevância. A cidade era mais do que um lugar de políticas ou comércio, mas sim um espaço de obra de arte. Quando a industrialização dá os seus primeiros sinais, a cidade já representava um lugar fundamental para a compreensão das relações sociais, pois tinha uma “poderosa realidade”:

A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem

nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2001a, 4)

Quando a industrialização tornou-se fato, a riqueza imobiliária e produção agrícola deixaram de ser a principal realidade. As terras passaram para as mãos dos capitalistas urbanos “enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura”. Neste momento, o campo se rendeu a uma nova função: a de abastecer a cidade. Não foi por acaso que o cercamento dos campos e o êxodo rural ocorreram necessariamente para alimentar com matéria-prima e mão-de-obra as fábricas de tecelagem, em fins do século XVIII e início do século XIX, situadas no entorno das cidades.

O problema social gerado por esta mudança de cenário, provocada pela industrialização, relegou à cidade o papel de alçapão e, ao mesmo tempo, de detentora do capital. Para Lefebvre, “mesmo que os salários continuem mais baixos nas regiões rurais, e que, conseqüentemente, haja concorrência entre cidade e o campo, a vantagem está do lado da cidade. A tendência centralizadora a domina e cada indústria criada no campo tem em si o germe de uma cidade industrial” (LEFEBVRE, 2001b, 12). Tais observações dizem respeito à leitura do autor sobre o estudo da situação da classe operária inglesa, promovido por Marx e Engels.

Para além da subordinação da agricultura à indústria, a cidade industrial, ao longo do processo de urbanização (cada vez mais acirrado), gerou inúmeros problemas sociais. A leitura de Castells (2000) é interessante e aponta para outra fase complicada nas análises de Lefebvre: a subordinação da indústria à urbanização. Esta fase atribui sentido à expressão *revolução urbana*, que diz respeito ao

conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período do qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano.” (LEFEBVRE, 1999, 19)

Entretanto, Lefebvre deixa claro que o termo *revolução urbana* não se refere a ações violentas (embora não as descarte). Tal questão pode ser percebida na própria

ideia do autor no que tange *o direito à cidade*. Dito com outras palavras, o acesso aos bens que a cidade pode oferecer àqueles que nela circulam, pela via democrática.

Na verdade, apesar do pensamento descontínuo de Lefebvre, é impressionante o percurso que faz para chegar ao que chamou de “zona crítica”, qual seja, a configuração pela qual a sociedade urbana passava no início dos anos 1970: “a industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, à custa de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam”. (LEFEBVRE, 2000, 27)

Se tomarmos o processo de industrialização do século XIX, a configuração do espaço ocupado pela indústria esteve à margem da cidade: o que significa dizer que tal fenômeno apesar de ser a gênese da problemática urbana da “fase crítica”, as primeiras indústrias instalaram-se próximo a fontes de energia, matéria-prima e reservas de mão-de-obra. A aproximação das cidades ocorria, inicialmente, por causa dos capitais, capitalistas, mercados e abundante mão-de-obra. Mas, ao sair da cidade ou de suas imediações, os rastros deixados pelo processo de industrialização e a transformação destas questões em problemas urbanos ¹ é o que configura o eixo de análise de Lefebvre.

Neste ponto, a concepção do termo “urbano” é o elemento fundamental. Para Castells (2000),

o termo urbano ... não é inocente; ele sugere a hipótese de uma produção de um conteúdo social (o urbano) por uma forma trans-histórica (a cidade) e, além disso, ele exprime toda uma concepção geral da produção das relações sociais, quer dizer, em definitivo, uma teoria da mudança social, *uma teoria da revolução* (grifo do autor). Pois “o urbano” não é apenas uma utopia libertária; tem um conteúdo relativamente preciso no pensamento de Lefebvre: trata-se da centralidade, ou melhor ainda, da simultaneidade, do agrupamento. (CASTELLS, 2000, 145)

¹ Esses “problemas urbanos”, que configuram um legado do processo de industrialização ocorrido ao longo do século XIX, são retratados do ponto de vista histórico por Lewis Mumford (1998), especialmente ao referir-se à expansão das megalópolis. Para o autor, mais do que a explosão demográfica, a cidade do século XX viveria um momento único e negativo. A utilização inadequada do espaço, por exemplo, pode ser observada “à medida que se afasta do centro, o crescimento urbano torna-se cada vez mais desorientado e descontínuo, mais difuso e sem um ponto de foco (...) A perda de forma, a perda de autonomia, a constante frustração e embaraço das atividades diárias, para não falar dos gigantescos rompimentos e interrupções – todas essas coisas tornam-se atributos normais de regime metropolitano. Existe um nome especial para o poder, quando se acha concentrado em tal escala: chama-se impotência”. (MUMFORD: 1998, 256-587)

Para Lefebvre, as relações sociais e suas implicações não são determinadas somente por agrupamentos. Os indivíduos ocupam o espaço por motivos diversos e a forma (a cidade) compõe esse “espaço”, entretanto é o conteúdo (o urbano) que determina os aspectos envolvidos na sociedade urbana. Nesta observação aparece um dos pontos de divergência entre o autor e os marxistas de seu tempo: “o urbano” é para além das relações de produção determinadas pelo aspecto econômico. O aumento da complexidade das relações sociais na “fase crítica” vislumbrou um olhar para o futuro próximo da realidade urbana pouco propícia à revolução tal qual a maioria dos marxistas ortodoxos acreditavam.

Mumford (1998) descreveu o rumo do “mundo metropolitano”, cujo legado da industrialização deixou marcas profundas no cotidiano dos indivíduos que circulam nas grandes cidades, da seguinte forma:

É um mundo em que as grandes massas humanas, incapazes de ter contato direto com os meios de vida mais satisfatórios, passam a viver por procurações, ora como leitores, ora como espectadores, ora como observadores passivos. Assim vivendo, ano após ano, de segunda mão, desligados da natureza que está fora deles e não menos desligados da natureza íntima, não admira que se afastem cada vez mais das funções da vida, até mesmo do pensamento, para as máquinas que seus inventores criaram. Naquele ambiente desordenado, apenas as máquinas têm uma parte dos atributos da vida, ao passo que os seres humanos são progressivamente reduzidos a um feixe de reflexos, sem impulso próprio de saída nem meta autônoma: o “homem behaviorista”. (MUMFORD, 1998, 591)

A visão de Mumford acerca do sujeito pessimista e passivo que habita o mundo urbano, embora não apareça em Lefebvre, compõe um bom contraponto na discussão sobre o “conteúdo” (o urbano). Provavelmente, o cenário descrito por Mumford elimina as possibilidades de uma revolução, já que os sujeitos apreendem apenas aquilo que está inserido nos padrões de comportamento da sociedade à qual pertencem.

De fato, a revolução urbana, conforme dito anteriormente, não diz respeito à ruptura violenta, mas à transformação pela via democrática, a partir do Estado de Direito. Entretanto, a “cidade” e o “urbano” de Lefebvre, são habitados por sujeitos que “vivem” politicamente e economicamente a cidade.

Assim, observamos que a atenção de Lefebvre não está apenas no conflito clássico entre burguês e operário, mas na realidade urbana que abarca politicamente, culturalmente, economicamente e socialmente as classes sociais que habitam a cidade, formando a sociedade urbana. O sujeito passivo descrito por Mumford, junto com outros sujeitos no mundo urbano, participa de uma realidade que, seja como for, articula-se na busca dos bens que a cidade moderna oferece, conforme observamos no pensamento de Lefebvre (2001a).

A centralidade política – a capital

O aspecto da centralidade política e econômica propiciou o surgimento de uma cidade que se destacaria entre as demais: a capital. Observando que a cidade e o urbano não podem ser compreendidos “sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade” (LEFEBVRE, 2001a, 53), o que parece essencial neste trabalho é o fato de que a própria cidade gera instituições específicas, municipais. As cidades capitalistas, comerciais e industriais, observada na América do Norte, controlada em parte pelo Estado político formaram-se a partir da ascensão do capitalismo e apropriadas pela burguesia, tendo esta classe o poder para “gerir o conjunto da sociedade”. Lefebvre define, assim, a cidade como o local de atividades culturais e de mediações políticas e, também, como lugar das disputas por poder e da busca por centralidade.

Neste ponto, conforme chamamos a atenção na introdução deste trabalho, podemos encontrar alguns elementos interessantes para pensarmos a Cidade do Rio de Janeiro, especialmente no que tange o aspecto da reestruturação política e econômica proposta pelos gestores ao longo dos anos 1990. Em primeiro lugar, historicamente, a cidade do Rio de Janeiro foi capital do império e da república, respectivamente. Por este motivo exerceu um papel de centralidade política (federal e estadual) e, por conseguinte, econômica, por cerca de 150 anos.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, promoveu na cidade do Rio de Janeiro vários momentos de crise. Do ponto de vista da identidade, os principais debates foram na tentativa de responder qual seria o lugar que a cidade ocuparia a partir do momento em que deixava de ser a capital federal: a cidade seria um município como os demais do Estado do Rio de Janeiro ou passaria a ter apenas o *status* de “Bela

Cidade”)? (MOTTA, FREITAS & SARMENTO, 2004) Quanto à crise política e econômica, ao longo dos anos 1970, os governos do Rio de Janeiro, especialmente o último governador da Guanabara, Chagas Freitas, investiram na transformação da Guanabara em mais um estado como os demais da federação. Entretanto, em 1974, este processo foi anulado pela fusão, que delegou à Cidade do Rio o *status* de município-capital do “novo estado do Rio de Janeiro”. (FERREIRA & DANTAS, 2000)

Os motivos da fusão foram basicamente dois: evitar que continuasse no Brasil uma tendência a uma predominância econômica de um Estado – São Paulo; e, dar dinâmica econômica ao Estado do Rio de Janeiro e se recuperar da ideia de que a cidade do Rio não era mais capital federal. Para esta finalidade foi construído, nos anos 1970, os Centros de Tecnologia no *Campus* da Ilha do Fundão, pois, segundo João Paulo dos Reis Velloso², ex-ministro do planejamento, pensava-se ser possível certa parceria entre universidade-indústria e universidade-empresa. Cogitou-se, também, um programa de desenvolvimento agrícola do Vale São João³. Tais projetos não atingiram o sucesso esperado, em parte por conta de problemas do sistema político, com tendência altamente clientelística. (DINIZ, 1982)

Portanto, a integração da Cidade ao Estado, ao contrário, não gerou o desenvolvimento econômico esperado⁴, e dez anos depois, em 1985, os debates chegaram ao ponto de cogitar a “desfusão”. Nos anos seguintes, e especialmente no início dos anos 1990, surgiu o movimento *Rio-Capital*, com o intuito de discutir a possibilidade da cidade do Rio de Janeiro retornar à condição de capital federal, enfatizando a sua importância no contexto internacional. Um dos argumentos foi o sucesso da Conferência do Meio Ambiente, a ECO-92, que colocou a Cidade no papel de “vitrine” do país, e, por outro lado, Brasília estava nas manchetes de todos os jornais

² João Paulo dos Reis Velloso ocupou o cargo de Ministro de Estado e do Planejamento e Coordenação Geral, no período de outubro de 1969 a maio de 1974. De maio de 1974 a março de 1979, foi Ministro de Estado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

³ Jornal dos Economistas, n. 183, outubro de 2004 – Especial: *As origens da crise do Rio* (João Paulo dos Reis Velloso e Marly Motta).

⁴ Conforme os dados do IBGE, citados anteriormente, de 1960 a 1970, o PIB do Rio de Janeiro apresentou diminuição de 1,9% e, de 1970 a 1985, os índices foram mais baixos, com menos 3,8, em relação à década de 1960. Em contrapartida, São Paulo atingiu 55,5% na década de 1960, 58,1% na década de 1970 e, de 1980 a 1985, embora apresente uma queda, em média de 3%, os índices permaneceram bem mais prósperos do que a economia fluminense. (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais).

como o lugar isolado que, por este motivo, favoreceu as inúmeras acusações de corrupção do Governo Collor.

Outro ponto que podemos destacar é a dimensão da industrialização. De fato, a cidade do Rio de Janeiro nunca primou pelo capital industrial, já que não tem, consideravelmente, indústrias no seu espaço territorial. O entorno metropolitano, além de abastecer a cidade, tem a maioria dos seus lugares de decisão situados no município do Rio de Janeiro (como, por exemplo, os prédios da Petrobrás, BNDES, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, entre outros). Tal configuração nos remete à análise de Lefebvre em dois momentos: o primeiro, diz respeito ao fato de a Indústria, desde o século XIX, não se fixar diretamente dentro do centro urbano, mas sim no seu entorno, próximo aos recursos naturais (água), matéria-prima e mão-de-obra.

O segundo momento, ligado ao aspecto da centralidade, denota a ideia de que,

tornando-se centro de decisão, ou antes, agrupando os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração de capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção). (LEFEBVRE, 2001a, 57)

Neste sentido, a cidade do Rio de Janeiro pode inserir-se enquanto “centro de decisão”, pois ainda que não possua grandes contingentes industriais no seu território, a decisão política e econômica de que dela provém, atinge diretamente as demais áreas do entorno industrializado metropolitano.

É importante destacar que a questão da implantação das indústrias fora das cidades depende do grau de “satisfação” para os “empresários” e, por este motivo, sempre que necessário e possível, ela se aproxima dos centros urbanos. (LEFEBVRE, 2001a)

A complexidade que o “urbano” impõe às relações sociais, entre outras questões, chama para o centro das discussões os responsáveis pelo planejamento do espaço urbano. Essa “reflexão urbanista” levaria Lefebvre a analisar o papel dos chamados “planejadores” urbanos e a relação destes não apenas com o espaço, mas com a dimensão social, política e econômica que perpassa a “sociedade urbana”.

Intervenções urbanas – para quem...

A discussão acerca do planejamento urbano é vasta. Antes de abordar o pensamento de Lefebvre, é importante uma rápida discussão sobre esta temática. Para esta finalidade, optou-se por uma breve exposição a partir das reflexões de Choay (2005) e Hall (2007). Ambos têm como elemento primordial a preocupação com os rumos do planejamento urbano, histórica e intelectualmente, situando o planejamento e a academia (HALL, 2007) e na crítica às ideias que “fornecem as bases ao urbanismo” (CHOAY, 2005).

Entre os anos 1930 e 1950, período que Hall (2007) chamou de *pré-história do planejamento urbano acadêmico*, era possível encontrar nas nações urbanizadas “cursos para a formação profissional de planejadores: corporações profissionais vieram à luz para definir e proteger padrões, estabelecendo laços com os departamentos universitários”. (HALL, 2007, 382) Essa formação encontrava-se atrelada às áreas afins, como a arquitetura e a engenharia, cuja base dessas profissões também era o projeto. Num primeiro momento, a tarefa dos planejadores era formular e desenvolver códigos que impusessem tais códigos aos planos arquitetônicos e à engenharia. Portanto, o ensino do planejamento “nasceu para ministrar esse conhecimento juntamente com as habilidades projetísticas necessárias”. (HALL, 2007, 384)

Após os anos 1950, os planejadores deixaram de pertencer apenas ao universo acadêmico para, efetivamente, abranger o “uso do solo”. A partir dessa ruptura, os planejadores passaram a situar a ação não apenas baseado no pensamento abstrato, teórico e fechado na academia, mas na realização de tarefas concretas. Entretanto, continuaram utilizando, ainda que parcialmente, de teorias sobre a cidade⁵, apenas como fragmentos de conhecimento útil. Assim, notou-se uma teoria referente ao planejamento urbano, mas não uma teoria do planejamento, o que pode ser traduzido pelo aspecto do imediatismo no qual ficariam submersos, “baseados no primeiro tiro: o levantamento

⁵ Tais teorias dizem respeito “as diferenciações sociológicas da cidade segundo a Escola de Chicago, a teoria dos economistas do solo sobre diferenciais para locação do solo urbano, os conceitos dos geógrafos sobre região natural”. (Hall, 2007, 384)

(abordagem geddesiana) era seguido da análise (abordagem por conhecimento implícito) e, imediatamente após, vinha o projeto”. (HALL, 2007, 384)

Hall (2007) destaca que, no início dos anos 1930, o aspecto da elaboração e concretização do plano compunham as etapas mais importantes dos planejadores, mas não havia referência ao aprendizado contínuo no bojo de tais etapas. Nos anos 1940, acrescentou-se a tanto a ideia de hierarquia espacial de planos correspondentes (partindo do regional para o local), e em cada etapa o plano deveria ser procedido de um levantamento. Ainda assim, a necessidade de discussão sobre implementação e atualização continuaria inexistente. Portanto, este período configurou um momento no qual o planejamento encontrava-se distante da interferência política, baseado apenas nas suas capacidades técnicas e na certeza de sucesso em primeira mão.

Esta supremacia do planejamento, que colocava a cidade ideal num contexto estático e estável, começaria a cair por terra após os anos 1950, juntamente com a sucessão de problemas sociais que atingiram diretamente o mundo urbano, quais sejam, as explosões de natalidade, os surtos econômicos do pós-guerra que promoveram a necessidade de investimento em fábricas e escritórios. Juntamente com esses investimentos, rapidamente os países desenvolvidos assumiram a categoria de “sociedades de alto consumo”. O resultado “foi que o ritmo de desenvolvimento e transformações urbanas começou a acelerar-se quase o superaquecimento”. (HALL, 2007, 387) Assim, o esquema do planejamento voltado para a cidade estática perdera o sentido.

A partir dos anos 1970, diante da “crise de paradigmas” enfrentada pelo planejamento⁶, com a saída dos “positivistas lógicos” do cenário do planejamento urbano, cuja atuação baseava-se na transformação fragmentada do solo e, por conseguinte, sem grandes alusões aos conflitos sociais, os intelectuais marxistas assumiram a supremacia no que tange o planejamento do espaço. Se, por um lado o

⁶ Nas palavras de Hall (2007, 396), “o problema estava em saber se o planejamento seria realmente capaz de executar esta última tarefa” (a escolha racional). “Eis porque em meados da década de 70, o planejamento chegara à fase de uma ‘crise de paradigmas’; teoricamente fora conveniente distinguir o processo do planejamento como algo em separado da coisa planejada, embora isso tivesse redundado num negligenciamento da teoria substantiva, empurrando-a para a periferia da matéria vista como um todo”.

próprio Marx não demonstrara preocupação com as questões referentes à localização espacial, seus seguidores (respeitando as especificidades analíticas de cada um), procuraram na essência dos estudos de seu mentor, algo que pudesse ser apropriado nos estudos sobre o espaço e sua organização e planejamento.⁷

Choay (2005), na mesma direção de Hall (2007), chamou a atenção para a crítica elaborada por Marx e Engels à sociedade industrial, sem propor, no entanto, um modelo ou um plano definido de cidade futura. Nas palavras da autora,

A cidade tem, para eles, o privilégio de ser o lugar da história. Foi ali que, numa primeira fase, a burguesia se desenvolveu e exerceu seu papel revolucionário. É ali que nasce o proletariado industrial, ao qual vai caber principalmente a tarefa de executar a revolução socialista e de realizar o homem universal. Essa concepção do papel histórico da cidade do século XIX e, pelo contrário, para Engels e Marx, a expressão de uma ordem que foi a seu tempo criadora e que deve ser destruída e ultrapassada. (CHOAY, 2005, p. 15)

Portanto, a ideia do planejamento não chegou a fazer parte das proposições de Marx e Engels, pois tal necessidade provavelmente ocorreria somente após a revolução. Visto dessa forma, a apropriação de seus escritos acerca dos problemas urbanos caracterizou-se, conforme salientou Choay (2005), essencialmente pelo pragmatismo.

Partindo dessas questões, retomamos o pensamento de Lefebvre. Para ele, o “urbano”, longe de ser pragmático, encontrava-se diante de uma realidade complexa e, por este motivo, o momento era propício para lançar duras críticas ao urbanismo e planejadores. Antes de proceder às críticas, o autor aponta alguns tipos de urbanismo, quais sejam: dos humanistas (utopias abstratas), dos promotores imobiliários (aqueles que vendem o urbanismo), dos tecnocratas (ideologias) e do Estado (instituições).

A partir desses tipos de urbanismos, Lefebvre observou a ausência de um “método apropriado (dialético)”, cujo resultado é à dificuldade de “dominar o duplo processo, altamente complexo e conflitual: industrialização-urbanização.” (LEFEBVRE, 1999, 139) Tal ausência de dialética no pensamento urbanístico, o torna uma ilusão: a ilusão urbanística (dividida em ilusão filosófica e estatista).

⁷ Entre esses intelectuais, podemos citar o geógrafo David Harvey e seu estudo sobre a produção capitalista do espaço, nos Estados Unidos e as teorias sociológicas de Manuel Castells e Henri Lefebvre, na França.

Para Lefebvre, tanto a ilusão filosófica, quanto a estatista, traduzem negativamente a ilusão urbanística. A ilusão filosófica está ligada à dimensão que o filósofo possui de que o mundo inteiro cabe dentro do seu próprio sistema. Entretanto, para o autor, “sempre há mais no mundo do que numa filosofia”. Por outro lado, a ilusão estatista, alicerçado num projeto colossal e irrisório, estaria fadada ao fracasso e, por conseguinte não sairia do aspecto ilusório, baseado na ideia de que “o estado saberia e poderia gerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos. Ele erigir-se-ia tanto como diretor de consciência, quanto como administrador superior.” (LEFEBVRE, 1999, 140) Dessa forma, nos primeiros sinais de crise, o projeto fica desacreditado e o Estado deixa de ser percebido como providencial ou deus personificado.

Um dos motivos pelos quais Lefebvre lançou olhar crítico ao urbanismo é o fato de que os urbanistas não estudavam a prática urbana. Tal negligência, para o autor, se dava porque esta prática (a urbana) era um “campo cego” para os urbanistas. Este “campo cego” diz respeito às dimensões que estão entre o industrial e o urbano, pouco ou nada perceptível à olho nu. Portanto,

Não se trata de uma imagem literária, nem de uma metáfora, apesar do paradoxo da união entre um termo subjetivo, “cego”, e um termo objetivo, “campo” (o qual, ademais, só se imagina iluminado). Trata-se de uma noção que se encontra ou reencontra por vários caminhos, que emerge ao mesmo tempo filosófica e cientificamente, isto é, na análise dita filosófica do conhecimento. (LEFEBVRE, 1999, 39)

No que tange o *conhecimento*, o “campo cego” é aquilo que está implícito, imperceptível, mas está *lá*. Dessa forma, o urbano é o “campo” de tensões complexas, repleto de possibilidades e, ao mesmo tempo, de impossibilidades; a cegueira é o ato de não-ver a forma do urbano e os conflitos e tensões dentro deste “campo”. E o urbanismo não consegue preencher o “vazio” existente entre o industrial e o urbano.

A partir da discussão acerca do “campo cego”, percebe-se, por parte dos planejadores e planejadores, a ausência de preocupação com as atividades produtivas dentro do capitalismo de organização. O espaço, por exemplo, está disponível para os tecnocratas, entretanto, eles não percebem que todo espaço é produto que resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante ou dominante. Portanto, os urbanistas

fazem parte das relações de produção, mas, não percebem tal fato. (LEFEBVRE, 1999, 142).

É possível percebermos algumas destas questões inseridas, diretas ou indiretamente, nas discussões em torno da concepção e concretização dos planejamentos estratégicos de algumas cidades, entre elas a cidade do Rio de Janeiro. No contexto da globalização, os governos locais partiram para os chamados *planejamentos estratégicos*, cuja principal finalidade é a criação de um modelo que possa ser utilizado por um grande número de cidades.

Esta linha de investigação enunciada por Manuel Castells, em *A questão Urbana* (2000) e *As cidades como atores políticos* (1996), e por Vainer (2000), encontra-se alicerçada na construção da cidade em três momentos: cidade-mercadoria, cidade-empresa e cidade-pátria. Em todos os momentos, alguns atores são fundamentais, entre os quais, destacamos os membros da prefeitura, os planejadores e as elites econômicas locais.

A cidade-mercadoria, geralmente definida a partir do *marketing* urbano, possui como requisito básico e indispensável “a constituição de um centro urbano de gestão e serviços avançados, organizados, invariavelmente, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de assistência secretarial de inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; escritórios de governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e infraestrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infraestrutura tecnológica” (CASTELLS & BORJA, 1996, 37). E, além disso, os governos locais procuram promover a cidade para o mercado internacional, direcionando a imagem da cidade de forma forte e positiva.

A cidade-empresa identifica-se dentro de um quadro de competição visando a busca de investimentos e tecnologia, a partir de uma dinâmica similar à empresa privada. Neste contexto, o planejamento e a execução das ações da cidade significam agir empresarialmente, tendo como horizonte o mercado e tomando “decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada” (VAINER, 2000, 86).

Resguardando a importância das concepções de cidade-mercadoria e cidade-empresa, para pensar a cidade do Rio de Janeiro destacamos a última modalidade, a cidade-pátria. A construção política, ideológica e intelectual de condições de legitimação de um projeto para uma localidade baseia-se no discurso da cidade como unidade. Tal discurso está alicerçado em dois elementos, a de consciência de crise e o patriotismo da cidade: “uma vez conquistada a trégua social pelo sentimento generalizado de crise, a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui vetor estratégico da reprodução das condições da paz social no contexto da cidade-empresa e, agora também, da cidade-pátria” (VAINER, 2000, 95).

É interessante notar que, ao longo dos anos 1990, o espaço carioca sofreu várias intervenções. Os planejadores, devidamente vinculados à gestão municipal, transformaram espaço urbano de acordo com as prerrogativas instituídas, aparentemente, por uma ideologia que ignora alguns aspectos da “realidade urbana”, como, por exemplo, a reorganização do espaço suburbano. Casas antigas, praças e outros elementos que faziam parte daquela paisagem (porém, pouco percebido pelos planejadores) deixaram de existir. No seu lugar entraram ruas mais largas, prédios padronizados e pontos finais de transportes coletivos.⁸ O resultado disso é uma certa padronização do espaço social de acordo com aquilo que os planejadores concebem como melhor estratégia de reestruturação do espaço urbano.

Desta forma, conforme Lefebvre assinalou, nota-se uma passividade dos interessados, pois a ideologia urbanística como redutora da prática (do habitar) da realidade urbana e, posteriormente a tentativa de resolução da realidade urbana numa teoria total, imediatamente aplicável, transforma o espaço urbano. A questão que se coloca é a seguinte: para quem são as intervenções urbanas?

Neste ponto, vale ressaltar o que Lefebvre chamou de urbanismo de classe. O urbanista está situado entre polos conflitantes, quais sejam: interesses particulares e interesses políticos, isto é,

⁸ Alguns bairros da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, como Méier, Abolição, Encantado, Engenho Novo, entre outros, ganharam ruas, placas padronizadas; perderam praças, algumas casas antigas e a remoção de locais de favelização para dar espaço à expansão de avenidas. Essas intervenções ocorreram, em geral, ao longo dos anos 1990, no Governo de Luís Paulo Conde e, em seguida, César Maia. Ambos, optaram por uma gestão de administração pública e intervenção direta na configuração do espaço, como, por exemplo, o projeto favela-bairro, as obras de “embelezamento” da orla das praias mais frequentadas pelos turistas, entre outras.

entre os que decidem em nome do privado e os que decidem em nome das instâncias superiores e dos poderes. Ele vive comprometido entre o neoliberalismo (que admite a programação e as ações ditas voluntárias ou concertadas) e o neodirigismo (que concede um campo de ação à livre empresa). O urbanista se insinua entre ambos, na fissura entre promotores imobiliários e poderes, quando há fissura. (LEFEBVRE, 1999, 145)

Dito isto, uma tentativa de resposta à pergunta anteriormente posta seria: a intervenção não é concebida especialmente para aqueles que habitam ou circulam em um determinado espaço, mas sim de acordo com aqueles que detém o capital e, por conseguinte, acreditam saber, pela via do imediatismo dos urbanistas, qual é o melhor estilo de planejamento urbano. A complexidade da realidade urbana, juntamente com seus “campos cegos” permaneceriam à margem das preocupações dos urbanistas.

Considerações finais

Os esforços de interpretação e análise contidos neste trabalho, obviamente, são preliminares. Conforme apontamos na introdução, exploramos parcialmente o conceito de cidade e sua aplicabilidade nas seguintes questões: a centralização do poder e o papel da capital, como um lugar privilegiado no contexto das relações travadas na sociedade urbana; o urbano e a chamada “fase crítica”, que diz respeito à “fissura” entre o industrial e o urbano; e os planejadores urbanos, que longe de compreenderem a “a complexidade da realidade urbana”, correspondem aos problemas da cidade com soluções imediatistas e nem sempre satisfatórias na resolução das questões sociais.

Outro esforço de análise foi o de trazer as discussões teóricas de Lefebvre para tentar compreender determinados aspectos políticos da cidade do Rio de Janeiro, no contexto dos anos 1990. Verificou-se, do ponto vista político, a perda de centralidade política federal e a tentativa de recuperação e elaboração de um projeto político para a cidade e, neste sentido, utilizamos a definição de Lefebvre no que tange a cidade como

o local de atividades culturais e de mediações políticas, e, também, como lugar das disputas por poder e da busca por centralidade.

Por fim, buscou-se discutir, preliminarmente, a problemática do planejamento urbano e sua ineficiência no tratamento da realidade urbana, tanto pela falta de estudo de tal realidade por parte dos responsáveis pelas políticas urbanas e seus executores, como pelos conflitos e impasses sob os quais os planejadores estão submetidos.

Referências bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.
- _____. & Borja, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 45, jul. 1996.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.
- DINIZ, Eli. **Voto e máquina política – patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; Dantas, Camila Guimarães. Os apaziguados anseios da Terra Carioca – lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945. In: *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2000.
- FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: SP, Papirus, 2006.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.
- _____. **A cidade do Capital**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.
- MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética (Org.). 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOTTA, Marly, Freitas, Américo & Sarmiento, Carlos Eduardo Barbosa. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2004.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

VALLADARES, Lícia do Prado.(org.) **A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005

VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 2000.